

1 **Comissão Intergestores Bipartite de Assistência Social de Santa Catarina (CIB-**

2 **SC-AS).** Aos vinte de dois dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove, às treze  
3 horas e trinta minutos, Rua Nossa Senhora do Bom Socorro, 470, Centro - Nova  
4 Trento/SC, CEP: 88270-000, realizou-se a reunião plenária ordinária da Comissão  
5 Intergestores Bipartite da Assistência Social (CIB-AS-SC) com a presença dos  
6 membros: representantes da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e  
7 Habitação (SST/SC): Maria Elisa da Silveira de Caro (titular e Coordenadora da  
8 CIBSC); Sandra Regina Coimbra da Silva (titular e Diretora de Assistência Social),  
9 Carolina de Freitas (titular e Gerente da Proteção Social Especial, e representantes do  
10 Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS/SC):  
11 Magno Rafael de Borba Muñoz (titular e Presidente do COEGEMAS); Vagner Ferreira  
12 de Oliveira (membro titular e Secretário Municipal de Assistência Social de Joinville/SC),  
13 Juliano Nildo de Maria (titular e Secretário Municipal de Assistência Social de  
14 Navegantes/SC), Ana Carolina Cunha Capistrano (titular e Secretária Municipal de  
15 Assistência Social de Petrolândia/SC), Sandra Pinheiro (titular e Secretária Municipal de  
16 Assistência Social de Joaçaba/SC) Ainda estavam presentes gestores e técnicos  
17 municipais, representantes da câmara técnica, secretarias regionais, associações de  
18 municípios, conselhos e a Conselheira do CEAS Nanci Cecília de Oliveira Veras. Antes  
19 do início formal da reunião houve a apresentação do município, por meio de um vídeo,  
20 após o Secretário Municipal de Assistência Social de Nova Trento/SC Josemar  
21 Guilherme Franzoi deu as boas-vindas a todos (as) presentes. Suzy Secretária  
22 Executiva da CIB realizou o chamamento e composição da mesa. Em seguida com a  
23 palavra, a Coordenadora da CIBSC elogiou as características - explanadas no vídeo do  
24 município de Nova Trento/SC; agradeceu a acolhida do município e lembrou que o  
25 trabalho da Assistência Social quando realizado por técnicos (as) possui um olhar  
26 especializado - sendo de caráter preventivo o trabalho dessa Política Pública; comentou  
27 sobre os programas, projetos e planos da Assistência Social que muitas vezes não são  
28 dialogados com os Prefeitos e Secretários Municipais de Assistência Social dos  
29 municípios de Santa Catarina e que trabalhou quase 3 (três) anos na SST/SC e  
30 percebeu o descaso com a Política Pública de Assistência Social; lembrou-se da  
31 importância do alinhamento entre os órgãos envolvidos nessa Política Pública. Explicou  
32 Maria Elisa que está trabalhando no resgate da dignidade dos (as) servidores (as) da  
33 SST e já percebe efeitos, sendo que a Secretaria trabalha com 5 (cinco) Políticas  
34 Públicas Direitos Humanos; Assistência Social; Trabalho e Renda; Segurança Alimentar  
35 e Habitação e tem de se reforçar os trabalhos dos Conselhos de Direitos – pois esses  
36 realizam a interlocução da Sociedade Civil com o Estado. Apontou a Coordenadora da  
37 CIB que as mulheres são a maioria no serviço público do Estado de Santa Catarina –  
38 atuando principalmente na Assistência Social; Educação e Saúde. Solicitou Maria Elisa  
39 o apoio de todos (as) para os trabalhos frente à Política Pública de Assistência Social,  
40 sendo fundamental o engajamento de todos (as). Com a palavra o Presidente do  
41 COEGEMAS Magno pediu licença para recompor a mesa – referente aos  
42 Representantes dos municípios, devido a esses terem sido eleitos na reunião plenária

43 do COEGEMAS no período da manhã de hoje. O Presidente do COEGEMAS realizou a  
44 reordenação da composição da mesa Ana Carolina do município de Petrolândia;  
45 Sandra Pinheiro do município de Joaçaba; Juliano de Maria do município de  
46 Navegantes; Vagner de Oliveira do município de Joinville e Maria Cláudia do município  
47 de Florianópolis e a Diretora de Assistência Social deram as boas-vindas a todos (as).  
48 Na sequência Magno deu boas-vindas a todos (as) e disse comungar das palavras ditas  
49 pela Coordenadora da CIB. Magno explicou que 8 (oito) municípios da região da AMFRI  
50 dialogaram com a Secretária Maria Elisa - a conversa foi produtiva, e desse diálogo  
51 gerou uma demanda sobre os postos de atendimento do Sistema Nacional de Emprego  
52 (SINE) do município de Porto Belo. No dia seguinte Magno recebeu uma ligação sobre  
53 o pleito do Gerente Estadual do SINE; agradeceu e enfatizou a importância da  
54 efetividade das ações. Ainda lembrou Magno que para avançar-se na implementação  
55 da Política de Assistência Social é necessário a aprovação da Lei do Fundo Estadual de  
56 Assistência Social (FEAS) e reafirmou o trabalho coletivo para a construção do Sistema  
57 Único de Assistência Social (SUAS). Sandra Coimbra com a palavra expressou a  
58 satisfação em estar participando da primeira plenária da CIB; parabenizou a nova  
59 composição da instância e agradeceu a acolhida dos municípios, em especial, de Nova  
60 Trento/SC. Após, apresentou os membros da CIB presentes Jadna Gerente da Gestão  
61 do Trabalho do SUAS; Luciane Passos Gerente de Gestão do SUAS; Carolina de  
62 Freitas Gerente da Proteção Social Especial; Kelly Chefe de Gabinete da SST e Esmael  
63 Gerente de Planejamento. **1º Verificação da presença e da existência de quorum:**  
64 sendo constatada a existência de quórum, conforme o Regimento Interno da CIB-AS-  
65 SC, foi possível prosseguir os trabalhos de acordo com a ordem do dia. **2º**  
66 **Apresentação, apreciação e aprovação da ordem do dia** – O Plenário aprovou a  
67 pauta e incluiu a transferência dos veículos aos municípios pelo Estado. **3º Apreciação**  
68 **e aprovação da ata da reunião anterior:** Comunicou-se que a Ata nº 07 da reunião  
69 ordinária foi encaminhada com antecedência aos membros da CIB, a qual foi  
70 considerada lida e aprovada pelo Plenário. **4º Correspondências recebidas e**  
71 **expedidas:** As correspondências expedidas e recebidas foram enviadas por e-mail,  
72 com antecedência, aos Representantes da CIB e a relação está disponível na presente  
73 reunião para consulta e será disponibilizado o arquivo no link da CIB  
74 <http://www.sst.sc.gov.br/index.php/institucional/cib>. **5º Pactuação de matérias:** Não  
75 houve pactuação nesta plenária. **6º Matérias de Discussão. Lei do Fundo de**  
76 **Assistência Social (FEAS):** A Diretora de Assistência Social retomou os últimos  
77 andamentos da Lei, os quais constam nas Atas da CIB de 2018 e informou que a  
78 Diretora do Tesouro da Secretaria da Fazenda Michele sugeriu algumas alterações na  
79 Lei, as quais serão apreciadas pelo CEAS. Sandra sugeriu o agendamento de uma  
80 reunião, entre o CEAS, COEGEMAS e a Coordenação da CIB, para alinhamento sobre  
81 essas alterações. O plenário concordou com o agendamento da reunião nos termos  
82 sugeridos. Magno expõe que a meta do COEGEMAS em relação a Lei do FEAS é  
83 assegurar o repasse regular e automático; atingir 1% do orçamento do Estado para a  
84 Assistência Social e os pisos de cofinanciamento para o alcance da eficácia, caso

85 contrário a Lei não servirá para suprir as necessidades dos municípios em relação aos  
86 serviços socioassistenciais. Ainda explicou Magno que os impostos sobre os serviços  
87 de benefícios chegam a 3% (três por cento) orçamento da Assistência Social no Estado.  
88 E, o que os municípios precisam 1% do orçamento do Estado para a Assistência Social  
89 e o repasse regular e automático é o mínimo para o Gestor Municipal da Política  
90 Pública de Assistência Social realizar os todos os serviços, em especial, (Proteção  
91 Social Básica, Proteção de Média e Alta Complexidade) com efetividade aos usuários.  
92 Caso contrário a Lei apenas terá um belo texto sem utilidade. Com a palavra Juliano  
93 lembrou que há dias atrás na AMFRI conversaram sobre a Lei do FEAS com a  
94 Secretária Maria Elisa. Retomou Juliano a fala da professora Dalila – última plenária em  
95 dezembro de 2018 em Porto Belo/SC, sobre os cálculos dos repasses ao Estado da  
96 Assistência Social os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e  
97 Bolsa Família em Santa Catarina R\$ 1.120.000.000,00 (um bilhão cento e vinte milhões  
98 de reais), gerando impostos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
99 (ICMS) de 12% (doze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento), se for aplicada a  
100 alíquota de 12% (doze por cento) gera o valor arrecado de R\$ 134.000.000,00 (cento e  
101 trinta e quatro milhões de reais) - a serem recolhidos ao Governo do Estado de Santa  
102 Catarina. Sendo que as discussões sobre os recursos e cofinanciamento da Assistência  
103 Social estão sendo em torno de “migalhas”, os quais estão sendo pactuados e não  
104 repassados aos municípios; e é a aprovação da Lei do FEAS que os municípios  
105 precisam!!!. Apontou Magno que o único legado dessa gestão e do Governo para a  
106 Política de Assistência Social será a aprovação da Lei do FEAS; os serviços da  
107 Assistência Social não estão sendo efetivos devido a falta de financiamento; sem  
108 recursos não há Política Pública e impossibilita atender a demanda de forma integral  
109 aos usuários da Assistência Social. Juliano desabafou que antes de vir para a plenária  
110 conversou com a Promotora de Justiça, essa solicitou que se realizem os atendimentos,  
111 os serviços da alta complexidade – sendo que cada acolhimento nos equipamentos  
112 custa em torno de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Enfatizou Juliano que a sugestão da  
113 SEF em retirar o regular e automático é indiscutível, pois é o que os municípios  
114 necessitam. Retomou Juliano a fala da Coordenadora da CIB que Estado e municípios  
115 precisam estar juntos para lutarem pela implementação do Sistema Único de  
116 Assistência Social e essa luta passa pela homologação da Lei do FEAS. Magno  
117 socializou que na semana passada esteve no encontro sobre o apoio técnico do Fundo  
118 Nacional de Assistência Social (FNAS) e vários Estados realizam o cofinanciamento e o  
119 repasse regular, inclusive o Estado do Rio de Janeiro com todas as dificuldades  
120 financeiras!!! Sendo que em Santa Catarina os municípios têm de lutar para conseguir o  
121 cofinanciamento e o repasse regular e automático – inclusive dos benefícios eventuais.  
122 Magno indicou que o COEGEMAS tem de lutar e articular com os municípios; a CIB  
123 com os Deputados Estaduais; em 2018 a bancada parlamentar catarinense destinou R\$  
124 129.000.000,00 (cento e vinte e nove milhões de reais) de recursos para a Política  
125 Pública de Saúde e nenhum Real para a Política de Assistência Social. Cada Deputado  
126 tem R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais) a serem destinados para emendas e

127 não destinou nenhum real para a Assistência Social, mas sim para o Turismo, Saúde e  
128 Infraestrutura e sem financiamento não existe Política Pública de Assistência Social  
129 eficaz!!! Em seguida, Vagner de posse da palavra cumprimentou a todos (as), informou  
130 Vagner que esteve presidindo o COEGEMAS por 2 (dois) anos e está há 3,5 (três anos  
131 e meio) como Secretário Municipal de Assistência Social de Joinville e que os (as)  
132 Gestores tem gastos de alimentação, combustível e outros para participarem das  
133 plenárias da CIB, sendo que os (as) Gestoras até chegam a questionar o que iremos  
134 fazer na plenária da CIB – devido a repetição dos assuntos sem soluções e com poucos  
135 avanços; quando chegavam próximos a aprovação da Lei do FEAS “sonho” acontecia  
136 um retrocesso “pesadelo”. Disse Vagner que na semana passada leu no jornal uma  
137 notícia do Secretário da Fazenda Paulo Eli que os salários dos servidores estaduais  
138 correm riscos de serem parcelados e/ou atrasados nos próximos dias e está em dúvida  
139 dessa notícia se tratar de uma estratégia do governo para dizer que estão sem recursos  
140 financeiros, enquanto isso o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) bate na porta  
141 dos (as) Prefeitos (as) e dos Secretários Municipais de Assistência Social cobrando dos  
142 municípios a execução dos serviços sócio assistenciais. Informou Vagner que o  
143 município de Joinville tem 160 (cento e sessenta) crianças acolhidas e 50 (cinquenta)  
144 idosos acolhidos e possui uma estrutura gigantesca para manter com a fonte 100.  
145 Perguntou Vagner se o MPSC tem apertado e batido na porta do Estado de Santa  
146 Catarina e da Secretaria de Estado da Assistência Social para cobrar a execução da  
147 Política de Assistência Social??? O que a SST pretende fazer? Irão cofinanciar a média  
148 e alta complexidade? Essa situação cansa os (as) Gestores (as) porque se torna não  
149 eficaz a permanência e insistência em relação a execução da Política Pública de  
150 Assistência Social. Vagner explicou que não se trata de um ataque a Secretária Maria  
151 Elisa, mas sim se trata de uma cobrança a SST; e é preciso dialogar com os  
152 parlamentares. Falou Vagner que semana passada esteve em Brasília conversando  
153 com alguns parlamentares, inclusive de Joinville, ainda explicou Vagner que existem  
154 parlamentares interessados em conhecer a Política Pública de Assistência Social e em  
155 Santa Catarina a única parlamentar que conhece a Política, do seu conhecimento, é  
156 Carmem Zanotto. Perguntou Vagner à Secretária Maria Elisa como está os  
157 encaminhamentos e intenções do Governo do Estado e da Secretaria de Estado da  
158 Fazenda em relação a Política Pública de Assistência Social? Lembrou Vagner que o  
159 Comandante Moisés na sua campanha afirmou que iria trabalhar para a melhoria da  
160 situação das pessoas vulneráveis, dos idosos, pessoas em situação de rua, crianças e  
161 mulheres – porém até o momento não apresentou nenhum trabalho nesse sentido e se  
162 quer atendeu e recebeu os municípios. Pediu Vagner que Maria Elisa leve essas  
163 situações a conhecimento do Governador. Retomou Vagner que os municípios estão  
164 cansados desses impasses e situações sem solução e se as soluções não forem  
165 efetivadas as próximas reuniões da CIB serão enfadonhas e de caráter de cobrança ao  
166 Estado. Maria Elisa comentou que qualquer pessoa que estive a frente da pasta da  
167 Assistência Social teve a intenção de conseguir 1% do orçamento para a Política  
168 Pública de Assistência Social; ter a regularidade do cofinanciamento e dar somente

169 boas notícias, porque com a normativa aprovada apenas dá-se o andamento nos  
170 procedimentos. Relembrou a coordenadora da CIB que os (as) Secretários (as) que  
171 estiveram nessa pasta tinham a dimensão exata da importância dessa Política Pública e  
172 desejaram realizar um bom trabalho. Com também desejavam ter o “conforto” de não  
173 estar brigando com a SEF para retirar a “fórceps” os recursos para a Política Pública de  
174 Assistência Social. Explicou Maria Elisa que o desafio está em ultrapassar as barreiras  
175 do retorno dos pleitos referentes à Assistência Social da Casa Civil e da Secretaria de  
176 Estado da Fazenda e das palavras proferidas pelo Governo do Estado. Maria Elisa  
177 comentou que quando deixou os trabalhos na SST, em gestão passada, ficou 10 (dez)  
178 meses sem trabalhar devido ao cansaço e desânimo decorrentes dessas situações.  
179 Maria Elisa socializou quando foi convidada pelo Governador Moisés, esse afirmou que  
180 iria dar o seu apoio e lutar para que a Política Pública de Assistência Social defina-se.  
181 Explanou a coordenadora da CIB se não for da maneira que o Governador afirmou - a  
182 sua gestão frente a pasta da Assistência Social não faz sentido. Maria Elisa confirmou  
183 que vai lutar para assegurar o que é de direito da Política Pública de Assistência Social.  
184 Retomou Vagner que a sua explanação foi referente ao município de Joinville (grande  
185 porte). Explicou Vagner que o estado de Santa Catarina possui 295 (duzentos e  
186 noventa e cinco) municípios – sendo a maioria composta de municípios de pequeno  
187 porte I e pequeno porte II; apontou Vagner que esses pequenos municípios passam por  
188 grandes e complexas dificuldades para executarem os serviços de média  
189 complexidade. Em Joinville socializou Vagner que briga com a Secretaria Municipal da  
190 Fazenda e com o Prefeito; passa o “pires”; vira a “mesa” para poder garantir os  
191 recursos à Assistência Social. Vagner ainda comentou das suas participações nas  
192 plenárias da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) que os Gestores de outros Estados  
193 se surpreenderam ao saberem que o estado de Santa Catarina não possui a Lei do  
194 FEAS aprovada, isso o envergonha!!! Apontou Vagner que Santa Catarina publiciza que  
195 é o “melhor estado para se viver”, mas não ampara os cidadãos menos favorecidos.  
196 Ratificou Sandra as falas da coordenadora da CIB; do Magno; do Vagner e do trabalho  
197 da importância do trabalho coletivo – salientando que as servidoras da Diretoria de  
198 Assistência Social vem buscando a aprovação da Lei do FEAS. **Cofinanciamento**  
199 **2018:** A coordenadora da CIB informou que os recursos que não foram feitos, da  
200 pactuação do cofinanciamento 2018, serão pagos a partir de abril. Sendo o valor total  
201 de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) – distribuídos R\$ R\$  
202 500.000,00 (quinhentos mil reais) para a Proteção Social Básica e R\$ 4.000.000,00  
203 (quatro milhões) para a Proteção Social de Média Complexidade. **Cofinanciamento**  
204 **2019:** Maria Elisa explicou que a SST está iniciando o cofinanciamento 2019. Segue  
205 explicando a coordenadora da CIB que o Programa Santa Renda não contribui de forma  
206 significativa na Política da Assistência Social - as famílias do Programa receberem de  
207 R\$ 8,00 (oito reais) a 10,00 (dez reais) na verdade não traz a efetividade que a Política  
208 Pública pretende; quem ganha com o Programa é a Caixa Econômica Federal (CEF)  
209 por ser paga para manter as contas ativas; muitas famílias nem vão retirar os recursos  
210 devido a despesa de transporte coletivo ser o mesmo valor e/ou ultrapassar o valor do

211 recurso; a SST vai manter o Programa no primeiro semestre de 2019; no segundo  
212 semestre de 2019 a SST vai cofinanciar o valor que seria destinado ao Santa Renda.  
213 Afirmou Maria Elisa sempre falar a verdade, pois não é demagoga; não precisa de voto  
214 e não é a sua intenção criar problemas e expectativas. Ainda afirmou a coordenadora  
215 da CIB que por ser técnica, às vezes, pode parecer “dura” e faltar um pouco de política,  
216 às vezes o político é demagogo e fala um pouco de teoria técnica e sendo a sua  
217 formação em economia sabe traduzir e interpretar os valores (números). Comentou  
218 Maria Elisa sobre as notícias da SEF ditas pelo Secretário Paulo Eli – a tendência é  
219 subestimar as receitas para reduzir os pedidos, mas dessa vez a notícia procede.  
220 Indicou a coordenadora da CIB que a SST vai fechar o quadrimestre de 2019 com  
221 déficit de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais); o Estado não fez  
222 reserva nos meses de janeiro e fevereiro para o 13º salário e se não fizer nos próximos  
223 3 (três) meses os servidores estaduais correm o risco de não receberem o 13º salário e  
224 os salário serem parcelados. Maria Elisa informou e convidou aos interessados a  
225 assistirem o pronunciamento sobre a situação financeira realizado pelo Secretário de  
226 Estado da Fazenda na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC). Perguntou o  
227 COEGEMAS a coordenadora da CIB qual o valor disponível hoje no Santa Renda.  
228 Maria Elisa solicitou a informação ao gerente de planejamento Esmael; o gerente  
229 respondeu que o montante do programa é de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de  
230 reais). A Diretora de Assistência Social retomou a pactuação de 2018 R\$ 10.500.000,00  
231 (dez milhões e quinhentos mil reais) para a Proteção Social Básica; R\$ 4.500.000,00  
232 (quatro milhões e quinhentos mil reais) para a Proteção Social de Média Complexidade;  
233 sendo que a SEF tem disponível o valor de R\$ 4.500,00 (quatro milhões e quinhentos  
234 mil reais). Sandra perguntou ao plenário se redistribuem o valor disponível em R\$  
235 500.000,00 (quinhentos mil reais) para a Básica e R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de  
236 reais) para a Média Complexidade ou R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil  
237 reais) à Média Complexidade? Maria Elisa explicou que na planilha da Diretora do  
238 Tesouro da SEF constam R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para a Básica e  
239 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para a Média Complexidade, esse valor está  
240 garantido. Sandra informou que segundo a SEF o valor das Proteções Básica e Média  
241 Complexidade somam R\$ 14.500.000,00 (quatorze milhões e quinhentos mil reais) e  
242 não R\$ 15.500.000,00 (quinze milhões de reais) solicitou Sandra que o plenário  
243 posicionasse sobre os valores das referidas Proteções. Juliano entendeu que diante do  
244 impasse é aceitável R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para a Básica e R\$  
245 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para a Média Complexidade, porém ressaltou  
246 que os municípios precisam do repasse integral de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil  
247 reais) para a Proteção Social Básica e R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos  
248 mil reais) para a Proteção Social de Média Complexidade, totalizando R\$ 15.500.000,00  
249 (quinze milhões de reais). Magno perguntou o valor é distribuído por porte dos  
250 municípios ou é parêlho? O plenário e a plateia responderam que o valor é distribuído  
251 por porte. Explanou Magno que se a distribuição fosse parêlha os municípios  
252 receberiam R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos mil reais) e se for por porte cada

253 município recebe menos de R\$ 1.000,00 (um mil reais). Sandra corrigiu que as  
254 Proteções Sociais Básica e Média Complexidade a distribuição é por equipamento e a  
255 Proteção de Alta Complexidade a distribuição é por porte do município. Defendeu  
256 Magno a manutenção dos valores já pactuados em 2018 - R\$ 10.500.000,00 (dez  
257 milhões e quinhentos mil reais) para a Proteção Social Básica; R\$ 4.500.000,00 (quatro  
258 milhões e quinhentos mil reais) para a Proteção Social de Média Complexidade. Cleide  
259 de São José perguntou se os valores faltantes e os pagos são para todos os  
260 municípios. Magno respondeu que o valor da Proteção Social Básica vai ser repassado  
261 a todos os municípios. Ainda explicou Magno que são 380 (trezentos e oitenta) Centro  
262 de Referência Assistência Social (CRAS) no Estado, assim o valor para cada  
263 equipamento é de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais), reafirmou Magno a  
264 manutenção dos valores já pactuados e disse se for o caso os municípios podem entrar  
265 com ação judicial contra o Estado da cobrança dos valores. Mateus de São José  
266 realizou uma consulta em janeiro de 2019 e constatou que o Estado não fez, conforme  
267 pactuado, o repasse de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para investimento e R\$  
268 50.000,00 (cinquenta mil reais) para custeio. Informou Mateus que dos R\$ 14.000,00  
269 (quatorze mil reais) destinados ao investimento somente receberam em torno de R\$  
270 11.000,00 (onze mil reais). Socializou Mateus que recentemente fez uma consulta ao  
271 portal de transparência e constatou que o repasse aos municípios não foi realizado de  
272 maneira uniforme (alguns municípios receberam mais e outros menos). Ainda constatou  
273 Mateus na sua pesquisa ao portal de transparência municípios que receberiam também  
274 R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para investimento e custeio receberam menos de R\$  
275 R\$ 11.000,00 (onze mil reais) – mais uma constatação que a distribuição não está  
276 sendo igualitária. Sugeriu Mateus a constatação dessa situação. Sandra explicou como  
277 o repasse foi de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) à Proteção Social Básica  
278 houve diferenças de valores repassados. Em caso de dúvidas Sandra pediu para os  
279 municípios entrarem em contato com a servidora Letícia e Renata na gerência de  
280 Gestão do Fundo de Assistência Social (GFEAS). Retomou a palavra Mateus e disse  
281 que os municípios que foi constatada a diferença dos valores possuem CRAS e é  
282 possível que alguns municípios tenham recebido a totalidade dos R\$ 14.000,00  
283 (quatorze mil reais) destinados ao investimento. Magno solicitou que o Estado na  
284 próxima plenária leve o levantamento desses valores e também irá consultar as  
285 Associações de Municípios para constatar o valor recebido por cada município.  
286 Informou Magno que o município de Porto Belo, o qual representa, recebeu  
287 aproximadamente R\$ 25.700,00 (vinte e cinco mil e setecentos reais) do total pactuado  
288 de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais). Observou Magno que o valor a ser repassado  
289 era de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e na verdade o Estado repassou em  
290 torno de R\$ 9.800.000,00 (nove milhões e oitocentos mil reais). Tornou a reafirmar  
291 Magno a sua posição do valor R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais)  
292 da Proteção Social de Média Complexidade e se o Estado repassar apenas R\$  
293 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) os R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)  
294 faltantes deverão ser incluídos na pactuação do cofinanciamento de 2019. A Diretora de

295 Assistência Social explicou que essas situações levantadas serão verificadas com a  
296 GFEAS e na plenária de 21 de março as dúvidas serão esclarecidas. Sandra perguntou  
297 a mesa qual o posicionamento do valor referente a Proteção de Média Complexidade?  
298 Não havendo consenso a Conselheira do CEAS Nanci entrevistou afim de saber qual a  
299 posição do plenário. O presidente do COEGEMAS retomou a proposição de realizarem  
300 o levantamento sobre os repasses junto a GFEAS e as Associações de Municípios para  
301 ser informado e tomada a decisão na próxima plenária. Sandra ratificou a proposição do  
302 presidente do COEGEMAS. Juliano explicou que se alguns municípios receberam  
303 valores a menor, então os R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) irão promover a justiça  
304 a esses municípios – devido ao valor correto de repasse ser de R\$ R\$ 27.000,00 (vinte  
305 e sete mil reais). Reafirmou Juliano que os colegiados municipais irão realizar o  
306 levantamento sobre os valores para ser informado e tomada a decisão na plenária de  
307 21 de março. Ana Carolina posicionou-se em pactuar o valor da Média Complexidade  
308 nesta plenária e se for constatado diferenças de valores de repasse os municípios  
309 prejudicados acionem a GFEAS para tomarem as providências. Magno perguntou aos  
310 representantes do Estado se tomarem a decisão na plenária de março irá arrasar o  
311 repasse? Sandra consultou o gerente de planejamento Esmael. Após, Sandra informou  
312 que tomar a decisão na plenária de março não atrasará o repasse dos recursos.  
313 **Transferência de veículos aos municípios:** Com a palavra Maria Elisa informou  
314 quando assumiu a Secretaria tomou conhecimento da irregularidade da concessão de  
315 uso dos veículos aos municípios – na forma de cooperação técnica. A coordenadora da  
316 CIB explicou que será regularizada a transferência dos veículos aos municípios para o  
317 resguardo do Estado e municípios. Explicou Maria Elisa que da maneira como foi  
318 realizada a transferência dos veículos em dezembro de 2018, se acontecer do veículo  
319 cometer infração de trânsito a multa será destinada ao Estado e o Estado não pode  
320 pagar multa; também dessa forma terminando a cessão de uso o Estado não poderá  
321 doar os veículo. Ainda informou a coordenadora da CIB que os municípios serão  
322 chamados para a regularização da transferência dos veículos. Esmael solicitou que os  
323 veículos com multas de posse dos municípios devem regularizar as multas com o  
324 Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM) para que o Estado possa  
325 realizar a transferência dos carros aos municípios; também explicou Esmael que o  
326 Estado vai transferir os móveis. Observou Esmael que com o passar do tempo o valor  
327 da multa aumenta – então cada município deve fazer o pagamento o quanto antes.  
328 Juliano explicou que cada município deve entrar no site do Departamento Estadual de  
329 Trânsito de Santa Catarina (DETRAN) para verificar se o veículo em sua posse tem  
330 multa e se tiver efetivar o pagamento para que possa ser doado o carro. **7º Informes:** A  
331 coordenadora da CIB comunicou que a SST vai entregar em março 8 (oito)  
332 equipamentos e que estão aguardando a chegadas dos móveis – houve um atraso no  
333 cronograma de entrega devido as férias coletivas da empresa fornecedora dos móveis;  
334 equipamentos para entrega em abril 6 (seis) – já possuem os mobiliários para serem  
335 entregue e as obras com problemas estão sendo revistas; a SST entrará em contato  
336 com os municípios para organizar as entregas; em caso de dúvidas entrar em contato

337 com o setor do PACTO da SST. Com a palavra a Secretária Municipal de Assistência  
338 Social de Pomerode Renata socializou que em novembro de 2018 receberam a obra do  
339 CRAS – o equipamento está apresentando problemas a exemplo as instalações  
340 elétricas dos ar-condicionado e esses não funcionam. Explicou Renata que o município  
341 de Pomerode entrou várias vezes em contato com o engenheiro responsável das obras  
342 na região e esse orientava que o município entrasse em contato com o Martin e Léo  
343 (servidores do PACTO da SST) – ao entrar em contato com o PACTO foram mal  
344 atendidos e disseram que possivelmente o município mexeu nas instalações por isso  
345 apresentou problemas. Expôs a Secretária de Pomerode a sua indignação quanto as  
346 condições da entrega da obra e disse estar arrependida de ter celebrado o convênio  
347 para a construção dos equipamentos; da falta de respeito com o município e da  
348 precariedade da construção da obra pelo Estado – pois os municípios tomam cuidados  
349 quando são os responsáveis pelas obras e o Estado não foi cuidadoso. Ainda relatou  
350 Renata que os pisos, paredes estão mofados; não foi possível colocarem as grades e o  
351 diálogo com os responsáveis pela obra é muito difícil. Maria Elise disse que a SST vai  
352 verificar a situação e entrar em contato com a empreiteira – pode ser possível que a  
353 fiscalização não foi realizada. Esmael explicou que as obras tem garantia de 5 (cinco)  
354 anos; a SST vai acionar a empresa responsável; se a empresa não resolver os  
355 problemas das obras o Estado pode impedir a participação dela em próximas licitações.  
356 Ressaltou Esmael que os municípios não estão pedindo migalhas e tem de receber o  
357 que é de Direito. Ana Carolina lembrou que a construção dos CRAS já foi debatida  
358 em reuniões passadas da CIB e hoje o assunto voltou a ser discutido. Relatou Ana  
359 Carolina a situação dos equipamentos da região de Petrolândia – Alto Vale (AMAVE)  
360 percebe-se a ânsia dos gestores em se ter um equipamento – devido a deixarem de  
361 pagar aluguel; mas os equipamentos estão tornando-se elefantes brancos nos  
362 municípios devido a falta de equipe; falta de monitoramento do Estado; não possuem  
363 condições de contratar servidores; o serviço de convivência não acontece; tem  
364 municípios recebendo recursos mas não os aplica no serviço de convivência; muitos  
365 equipamentos estão virando “elefantes brancos”; relatou Ana Carolina a sua  
366 preocupação com o uso dos equipamentos – tem receio de que um gestor “maluco”  
367 destine o CRAS para uma casa mortuária ( como já ouviu falar). Indicou Ana Carolina a  
368 falta fiscalização e é preciso rever a questão técnica na hora de construir. A  
369 coordenadora da CIB explicou que no seu entendimento para um (a) gestor (a) realizar  
370 um trabalho a contento é preciso recursos financeiros de investimento e custeio (em  
371 especial) – por se tratar dos custos do dia-a-dia. Comentou Maria Elisa que tem  
372 municípios solicitando Centro DIAS – a manutenção desse equipamento é cara e os  
373 municípios não tem “pernas” para manter o equipamento. Orientou a coordenadora da  
374 CIB que os municípios façam as contas de despesas de custeio, uma vez que as contas  
375 de investimento não são tão difíceis de serem feitas. **7º Informes:** Sandra comunicou  
376 que estão acontecendo desde o segundo semestre de 2018 as reuniões do Comitê  
377 Intersetorial da População em Situação de Rua e a próxima reunião será no dia 26 de  
378 fevereiro, das 14:00 h às 15:30 h min, no auditório da Secretaria de Segurança Pública,

379 bairro Estreito. Também comunicou Sandra que haverá os municípios serão orientados  
380 sobre as eleições unificadas dos Conselheiros Titulares pelo Dr. João Carvalho Botelho,  
381 do Centro Operacional da Infância e Juventude; a transmissão será pela internet ao vivo  
382 em formato de web conferência – canal youtube da SST; em 07 de março das 14:00 h  
383 às 17:00 h; onde será apresentado o Projeto de Lei da Infância e Juventude; o link será  
384 disponibilizado aos municípios. A coordenadora da CIB explicou que ferramenta de  
385 youtube para orientar os municípios será usada pela primeira vez na SST. Lembrou  
386 Maria Elisa da importância da escolha assertiva dos conselheiros tutelares. Maria Elisa  
387 da Silveira de Caro, Sandra Regina Coimbra da Silva e os demais representantes do  
388 plenário agradeceram a presença de todos (as) e desejaram um bom retorno. Nada  
389 mais havendo a tratar, eu Suzy Cristina Rodrigues – Secretária Executiva da CIBSC,  
390 lavrei a presente Ata, cuja gravação encontra-se nos arquivos da Secretaria Executiva  
391 da CIB-AS-SC.